

Educar para digitalizar

Christian Gebara ()*

A digitalização pode corrigir décadas de atraso educacional no Brasil. É a nossa chance de buscar um novo modelo de ensino que reduza rapidamente o abismo que existe entre o nosso país e aqueles com os melhores indicadores socioeconômicos. A partir da conectividade, podemos chegar a mais gente de maneira barata e veloz, ampliando o acesso a um conteúdo mais técnico e acadêmico. Além disso, temos uma grande oportunidade para atender à demanda do mercado em geral por profissionais de tecnologia, graças às novas trilhas educacionais do ensino médio, que oferecem aos jovens uma formação voltada à empregabilidade nessa área antes mesmo que eles cheguem à graduação.

Não existe dilema entre digitalizar para educar ou educar para digitalizar. São dois lados da mesma moeda. O país pode construir uma infraestrutura tecnológica que proporcione o acesso de um maior número de estudantes a um ensino de qualidade e, ao mesmo tempo, desenvolver um modelo com profissionais mais qualificados para atender a essa necessidade tecnológica. Estamos, de fato, diante de uma chance histórica para nações desiguais como o Brasil.

A pandemia mostrou que o nosso modelo de educação não é digital. Os alunos não tinham os equipamentos mais adequados. A cobertura de telecomunicações não chegava a todos os lugares que deveria por uma série de impeditivos como, por exemplo, questões regulatórias. Não tínhamos professores preparados para trabalhar nesse ambiente, nem profissionais formados e treinados para atender à demanda explosiva por serviços digitais. Os problemas de conectividade, falta de computadores e capacitação de educadores para digitalização do ensino foram flagrantes.

Uma pesquisa do Instituto de Estudos Socioeconômicos (Inesc) mostrou que um em cada cinco alunos do ensino médio da rede pública ficou sem aulas entre 2020 e 2021 - grande parte por falta de aparelhos apropriados ou conexão à internet. O estudo “O abismo digital no Brasil”, realizado pela consultoria PwC em parceria com o Instituto Locomotiva, divulgado recentemente pelo próprio Valor, mostra que 51% dos brasileiros (principalmente negros das classes C, D e E) estão nas categorias de parcialmente conectados, com pacotes que terminam antes do fim do mês, ou subconectados, que ficam sem conexão dez dias por mês. Neste caso, a alta carga tributária do setor de telefonia – na casa dos 40,15% - contribui de forma direta e efetiva para restringir um acesso mais igualitário.

Por outro lado, as empresas também perceberam que precisam ser digitais para seguir crescendo. Seus clientes querem comprar pela internet, suas reuniões não precisam ser presenciais, seus sistemas devem estar na nuvem, a segurança cibernética tornou-se questão crucial. Nos últimos dois anos, 93% dos micro, pequenos e médios negócios aceleraram o processo de transformação digital, segundo a consultoria McKinsey.

Com isso vemos que a digitalização avançou de forma exponencial, sem que o mercado de trabalho tivesse profissionais para suprir essa necessidade. Temos uma equação com as variáveis de oferta e demanda em desequilíbrio. Certamente, não é possível pedir para o mundo parar e segurar a urgência pela transformação digital. Temos que nos debruçar sobre a oferta.

Hoje, algumas iniciativas públicas, como o Bolsa Conexão (Lei 14.172/2021), o Programa Internet Brasil (MP 1.077/2021) e o Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações – FUST (Lei 14.109/2020), focam na conectividade e na disponibilidade de infraestrutura e equipamentos para escolas públicas. São esforços importantes, especialmente diante da exigência dos editais do 5G de estender a conexão à internet de alta velocidade a todas essas unidades de ensino até 2024.

Porém, o foco em políticas públicas de conectividade segue deixando em segundo plano o desafio do desenvolvimento das competências digitais. Não basta levar infraestrutura para navegar na internet. O educador precisa conhecer essas novas práticas pedagógicas para pleno uso. O Programa de Inovação Educação Conectada – PIEC (Lei 14.180/2021) é uma das poucas iniciativas que buscam abordar o uso pedagógico de tecnologias digitais e promovem a capacitação online de professores. Novamente, é uma ação louvável, mas tímida diante da transformação digital e das oportunidades que o país pode abraçar.

Enquanto o desemprego no país atinge mais de 11% dos trabalhadores, observamos abundância de oportunidades na área tecnológica. A Associação Brasileira das Empresas de Tecnologia da Informação e Comunicação (Brasscom) estima que o setor de tecnologia no Brasil deva movimentar 800 mil novos talentos de 2021 a 2025, e o déficit projetado neste período chega a 530 mil profissionais. Soma-se a esse cenário o fato que a maioria das profissões em alta hoje neste mercado não existia há dez anos e que 65% dos jovens em idade escolar vão ocupar cargos que ainda não existem. A lista “Empregos em Alta em 2022”, do LinkedIn, revela que 23 dos 25 cargos com maior demanda atualmente são em Tecnologia da Informação.

É preciso formar o profissional do futuro. A deficiência de conhecimento digital na formação dos jovens brasileiros é um colossal entrave para o desenvolvimento do país, em todos os aspectos. Como alertou o presidente do Instituto Locomotiva - Renato Meirelles – não é possível pensar em avanço de produtividade e da economia em um cenário no qual 41,8 milhões de brasileiros que não têm sequer o letramento digital necessário para usar a internet em sua plenitude.

Conectividade e capacitação de professores são necessárias, porém não suficientes para equacionar o problema da oferta que mencionamos. É preciso ir mais a fundo, atingir a transformação cultural desde a base do ensino público, no qual estão 80% das nossas crianças e jovens. Nossa escola precisa urgentemente atingir o nível de excelência sem o qual o Brasil não será capaz de promover o desenvolvimento social e econômico que anseia. Isso inclui construir um plano estruturado de ensino e capacitação profissional que permita a esse grupo avançar no empreendedorismo digital e atender às demandas tecnológicas e socioambientais.

Nas atividades deste ano do B20 (grupo de líderes empresariais internacionais com articulação paralela ao G20) o Taskforce Digitalização, que tenho a satisfação de copresidir, já iniciou análises para a criação de políticas e recomendações que devem, a meu ver, também incluir a educação como um dos pilares da transformação digital. No Brasil, empresas e organizações sociais têm feito um grande trabalho na formação de jovens na área da tecnologia. Mas os números do mercado de trabalho mostram que essas iniciativas não são suficientes.

Os caminhos para superar as dificuldades existem e vão desde a mudança cultural da sociedade até a renovação da escola pública, capacitando-a a preparar seus alunos para viver em um futuro – e, por que não, um presente - seguramente mais digital. Neste sentido, o papel da iniciativa privada é também o de liderar um movimento de apoio e, ao mesmo tempo de incentivo, para a efetiva criação de políticas educacionais e sua priorização nas agendas governamentais. Este é um movimento fundamental para o desenvolvimento sustentável do país ao longo dos próximos anos. Somente assim a digitalização será acompanhada por inclusão social, com oportunidade e equidade.

(*) É CEO da Vivo.